CFA Assets Ltda.

CNPJ/MF nº 54.988.983/0001-45 – NIRE 35.263.828.343 Alteraração de Sociedade Empresária Limitada

Marcos André Lopes de Almeida, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade (RG) nº 22.029.330-2 SSP/ES e CPF/MF sob o nº 256.150.158-29, residente e domiciliado na Rua das Rosas, nº 9, Condomínio Boa Vista, Bairro Cachoeira, no Município de Piracaia, Estado do São Paulo, CEP 12970-000. Unico sócio da CFA Assats Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54,988.983/0001-45, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Conjunto J, Cidade Jardim, CEP 05676-120, registrada na Junta Comercial de Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 35,263.828.343, em sessão de 03/05/2024, resolve Alterar e Transformar o Tipo Jurídico conforme cláusulas e condições a seguir: 1ª) Cessão de Cotas (ingresso de Novo Sócio): O sócio Sr. Marcos André Lopes de Almeida, acima qualificado, detentor de 100.000.000 (cem milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), equivalente a 100% (cem por cento) do total do capital social, totalmente integralizado em moeda corrente do país, cede e transfere, neste ato, 5.000.000 (cinco milhões) de quotas do capital social, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus reais ou pessoas, dívidas, dúvidas, litígios ou restrições de quaisquer natureza, perfazendo o total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o sócio ora admitido Sr. João Pedro Santos de Almeida, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nas-Santos de Almeida, brasileiro, casado sob o regime de comunina parcial de bens, nas-cido em 09/04/2000, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº53.963.084-6 SSP/SP e CPF nº 493.630.738-66, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, nº 200, Casa 04, Alphaville, Piracaia-SP, CEP 12970-000. 2°) Redistribuição do Capital Social: Em decorrência da deliberação acima, os sócios aprovam a alteração da Cláusula 5°, do Contrato Social, que passa a viger com a seguinte redação: "Cláusula 5°. O Capital Social da sociedade é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de quotas no valor de RS 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, distribuídas da seguinte forma aos seus sócios:

Quotas (%) 95.000.000 95%

Sócios Marcos André Lopes de Almeida João Pedro Santos de Almeida 100.000.000 100% 100.000.000,00 arágrafo Primeiro. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quota 6/05 – Agente autonomo de investmento; 6463-8/00 – Aplicação em investmentos próprios (ativos financeiros). 4*1) Alteração do Tipo Societário para Sociedade Anônima de Capital Fechado: Resolvem os sócios, aprovar, independentemente de dissolução e liquidação, em conformidade com os Arts. 1.113, 1.114 e 1.115 do Código Cívil Brasileiro e Arts. 220 e 221 da Lei nº 6.404/76, de forma a não modificar, de qualquer forma, o seu direito de credor, a transformação do tipo societário da Sociedade de Sociedade Empresária Limitada em uma Sociedade Anônima, de capital fechado, que passará a adotar a denominação social de "CFA Assets S.M." que será prejida pela lei nº 6.404/76. adotar a denominação social de "CFA Assets S/A", que será regida pela Lei nº 6.404/76, não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações da Sociedade. **5º) Conversão das Cota Societárias** em **Ações Ordinárias:** em decorrência da transformação da Sociedade em uma sociedade anônima, os sócios resolvem converter as 100.000.000 (cem milhões) de quotas representativas de seu capital social, no valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real), no valor total nominal de R\$ 1,00.000.000,000 (cem milhões de reais) totalmente subscritas e interpresonado productiva de construir de gralizadas, em moeda corrente nacional, em 100.000.000 (cem milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal), passando o capital social atual totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, a ser de R\$ 100.000,000,00 (cem milhões de reais) representado por 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, com fundamento no inciso II, do Parágrafo 1º, do Art. 170 da Lei nº 6. 404/76, distribuída aos acionistas na mesma proporção em que titularizavam as quotas da sociedade limitada, na forma do Boletim de Subscrição (conversão das cotas societária em acões ordinárias), com a indicação da quantidade de ações resultantes da conversão (Anexo I). Dessa forma, os a moticação da quantidade de ações restinaites da conversao (<u>Autoria orienta</u>). Dessa forma, de sócios passam a ser titulares das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, equivalente a 100% (cem por cento) do capital social, conforme segue: a) O acionista Sr. **Marcos André Lopes de Almeida**, acima qualificado, passa a ser titular de 95.000.000 (noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social; No do cionista Sr. **João Pedro Santos de Almeida**, acima qualificado, passa a ser titular de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor do capital social, **6³**) **aprovação da proposta de redação do Estatuto Social da Sociedade**: Resolvem os sócios <u>aprovar</u> o Estatuto Social da Sociedade. Resolvem os sócios <u>aprovar</u> o Estatuto Social da Sociedade. Alteração, da qual é parte integrante, Social da Sociedade, constante do Anexo II da presente Aiteração, da quai e parte integrante, e que passa doravante a reger a Companhia. **7ª) Eleição dos Membros da Diretoria e Prazo de Mandato:** Em conformidade com o Art. 13 do Estatuto Social da Sociedade ora aprovado, os acionistas elegem, como membros da Diretoria da Sociedade, para um mandato que se inicia na data da assinatura do presente instrumento, pelo prazo de 02 de la casa de inicia na data da assinatura do presente instrumento, pelo prazo de 02 de las associal para administração a intendação a diregão da sociedade, representação a (dois anos), para administração, orientação e direção da sociedade, representarão a sociedade ativa e passivamente, os Srs.; a) Diretor Presidente. Sr. Marcos André Lopes de Almeida, brasileiro, casado no regiem de comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade (RG) nº 22.029.330-2 SSP/ES e CPF/MF sob o nº 256.150.158-29, residente e domiciliado na Rua das Rosas, nº 9, Condomínio Boa Vista, Bairro Cachoeira, no Município de Piracaia, Estado do São Paulo, CEP 12970-000; b) Diretor sem Designação, Sr. João Pedro Santos de Almeida, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 09/04/2000, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº53.963.084-6 SSP/SP e CPF nº 493.630.738-66, residente e domiciliado na Rua das Orquideas, nº 200, Casa 04, Alphaville, Piracaia-SP, CEP 12970-000. Os Diretores ora eleitos declaram, para fins do disposto no Parágrafo 1º do

Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, os quais tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Atas, na forma e no prazo do Artigo 149, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, bem

Os Diretores estão dispensados de prestar caução para garantia de suas obriga-ções. 8ª) Declaração de Constituição da Sociedade Anônima de Capital Fechado e_Outros Assuntos Correlatos: Os sócios declaram constituída a Sociedade Anônima de Capital Fechado e autorizam a administracão da Sociedade a tomar todas as providências Capital recnado e autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as providencias necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. E, por estarem assim ajustados e contratados, assinam o presente instrumento em via única, para que seja levado a registro. São Paulo, 05 de junho de 2025. Marcos André Lopes de Almeida; João Pedro Santos de Almeida. Visto do Advogado: Humberto Garcia de Oliveira OAB/SP nº 157.750. CFA ASSETS S.A. CNPJ/MF nº 54.988.983/0001-45. Anexo II à Alteração do Contrato Social datada de 05 de junho de 2025. Estatuto Social da CFA Assets S.A. Capítulo I – Nome, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1°. A CFA Assets S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2°. A Companhia tem sua sede e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Conjunto 91, Cidade Paulo, Estado de Sao Paulo, ha Avenida Magainaes de Castro, nº 4.800, Conjunto 91, Cidade Jardim, CEP 05676-120, podendo, por deliberação de sua Directoria, abrir, manter, fechar e alterar o endereço de filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território bra-sileiro ou no exterior. **Artigo 3º**. A Companhia tem como objetos sociais a 6499-9/99 – Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; 6810-2/10 – Compra e venda de imóveis próprios; 6810-2/02 – Aluguel de imóveis próprios; 7490-1/04 Atividades de intermediação e agenciamento de servicos e negócios em geral, exceto imobiliários; 6612-6/05 – Agente autônomo de investimento; 6463-8/00 – Aplicação em investimentos próprios (ativos financeiros). Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração. Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia é de RS 100.000.000,00 (cem milhões de reais), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de acões ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas". Parágrafo 1º. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias, e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. É vedada à Companhia a emissão de a mum voto nas deliberações da Assembleia Geral. É vedada à Companhia a emissão de propriedado de companhia a companhia a comissão de companhia comissão de companhia comissão de companhia comissão de companhia a comissão de companhia comissão de companhia com com comissão de companhia com com comissão de companhia com comissão de comp partes beneficiárias. **Parágrafo 2º.** O acionista terá preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O prazo para exercício do direito de preferência será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, exceto se estipulado de forma diferente em Acordo de Acionistas. Capítulo III – Órgãos Permanentes da Companhia. Artigo 6°. São órgãos permanentes da Companhia. (i) a Assembleia Geral: e (ii) a Diretoria 6º. São órgãos permanentes da Companhia: (i) a Assembleia Geral; e (ii) a Diretoria.
Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Parágrafo 1º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e, extraor-dinariamente, sempre que os interseses sociais existino existence. dinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Parágrafo 2º**. A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor, na forma da lei. As Assembleias Gerais serão consideradas validamente instaladas (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de, no mínimo, a maioria das ações ordinárias; ou (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas Parágrafo 3º. Independemente das formalidades de convocação para Assembleia Geral, será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os será considerada regularmente convocada a Assembleia na qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Artigo 8**°. Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas que estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Parágrafo Unico.** O acionista poderá fazer representar-se nas Assembleias Gerais por procurador, respeitadas as disposições da lei. **Artigo 9**°. Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário, os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 10**. A Assembleia Geral terá a competência estabelecida em lei e todas as suas deliberações serão tomadas pela maioria das ações com direito a voto, exceto se de outra forma previsto em lei. **Artigo 11**. O eventual exercicio, por qualquer dos acionistas, do direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas em acordos de acionistas registrados pela Companhia obrigará o presidente da Assembleia Geral a não computar o voto proferido Companhia obrigará o presidente da Assembleia Geral a não computar o voto proferido pelo acionista com infração ao disposto no seu respectivo acordo de acionista. Capítulo V – Administração da Companhia. Artigo 12. A Companhia será gerida e administrada exclusivamente pelo Diretor Presidente, na forma da lei e deste Estatuto Social. A remuneração global e individual do Diretor Presidente será fixada pela Assembleia Geral. Seção I – Diretoria. Artigo 13. A Diretoria será composta por 2 (dois) diretores, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Parágrafo 1º. O prazo de mandato da Diretoria é de 2 (dois) anos, sendo assegurado aos acionistas, a qualquer tempo, o direito de substituir ou destituir os Diretores. Parágrafo 2º. Os Diretores disporão dos poderes necessários e convenientes para conduzir a gestão dos negócios e assuntos da Companhia, na forma da Lei e do presente Estatuto Social. Parágrafo 3º. Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 14. Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato. **Artigo 15**. O Diretor Presidente terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, devendo ser fielmente observadas as deliberações e diretrizes fixadas pela Assem-Social, devendo de filemiente observadas as delinetações e direttres tixadas pela Assentibeia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por escrito ou por qualquer meio de comprovação inequívoca, contendo o local, data e hora de realização da reunião, além da ordem do dia. **Parágrafo 2º.** O quórum para instalação das reuniões de Diretoria é a totalidade dos membros em exercício. As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto unânime dos Diretores presentes à reunião. **Artigo 16.** É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Único.** As procurações deverão específicar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. Artigo 17. Ressalvando o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo, a Companhia somente se obrigará validamente perante terceiros e apenas os exonerará de obrigações perante ela mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, ou de um diretor com um procurador, ou de 2 (dois) procuradores. Parágrafo 1º. Ainda que subscritos na forma prevista no caput deste Artigo, serão inválidos e ineficazes perante a Companhia os atos praticados por qualquer diretor, procurador ou representante que não tenham obtido, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social, prévia autorização ou aprovação em Assembleia Geral para sua realização, ou que não obedecam aos limites dos poderes de gestão estabelecidos por lei, por este estatuto e pelos mandatos outorgados pela Companhia. Parágrafo 2°. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia

as demais competências da Assembleia Geral e sua forma de aprovação, os acionistas pelo voto representativo de mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital socia poderão autorizar a nomeação, em casos específicos, de procurador com poderes neces sários para praticar, sozinho e em nome da Companhia, os atos para os quais tenha sido constituto, exaurindo-se o mandato com a realização do ato. As procurações "ad judicia" poderão conter cláusulas que permita a autuação individual de cada um dos mandatios. Parágrafo 4º. Qualquer diretor isoladamente pode: (i) receber citações, intimações e notificações, prestar depoimento pessoal em nome da Companhia e constituir preposto para o turações de lucivações prestar de porta de constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia e constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia constituir prepostos para extremento pessoal em nome da Companhia constituir prepostos pessoal em nome da Companhia en constituir prepostos pessoal em nome da Companhia co para atuação em Juízo; (ii) representar a Companhia perante os órgãos e repartições públicos e entidades autárquicas federais, estaduais e municipais, bem como sociedade concessionárias ou permissionárias de serviços públicos podendo para tanto subscrever requerimentos, apresentar e retirar documentos, acompanhar e ter vista de processos administrativos, tomar ciência de despachos ou decisões, cumprir exigências, apresentar impugnações, recursos e subscrever termos de responsabilidade; (iii) receber e dar quitação de quantia devida à Companhia paga através de cheque ou de outro título de crédito idôneo a ela nominativos. (iv) endossar cheques para depósito exclusivamente em conta corrente bancária ou em conta de investimentos bancários da Companhia; (v) emitir em nome da Companhia duplicatas mercantis. (vi) independente de ordem de nomeação perante o Serasa e demais órgãos similares, requerer certificado digital e assinar todos os documentos necessários para este firm. Capítulo VI - Conselho Fiscal. Artigo 18. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e funcionará de forma não permanente, na forma da lei. Artigo 19. O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Artigo 20. Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a lei. Capítulo VII - Exercício Social e Distribuicão de Lucros. Artigo 21. O exercício social coincidirá com o ano civil, inide quantia devida à Companhia paga através de cheque ou de outro título de crédito idôneo e Distribuição de Lucros. Artigo 21. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 22. Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demansi demonstrações financeiras exigidas por lei, as quais serão submetidas à auditoria a ser conduzida por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Parágrafo 1º. Poderão ser elaborados balanços especiais a qualquer tempo. Por proposta da Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços especiais, ou dos lucros acumulados, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º**. A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de divi 2º. A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Artigo 23. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Parágrafo 1º. Do lucro líquido do exercício serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Parágrafo 2º. Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o Parágrafo 1º deste Artigo e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas. Artigo 24. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em favor da Companhia. Capítulo VIII - Dissolução, Liquidação e Extinção Artigo 25. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo Unico. O modo di liquidação será determinado em Assembleia Geral que elegerá também o liquidante. Capit tulo X — Disposições Gerais. Artigo 26. Em caso de abertura do capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. Artigo 27. A Companhia disponibilizará aos acionistas todos os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão. Artigo 28. Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação vigente aplicável. Artigo 29. Todas as controvérsias oriundas diretamente do presente Estatuto Social ou relativas à Companhia deverão ser submetidas à arbitragem, de caráter vinculante entre os acionistas. Parágrafo Único. Anteriormente à instauração do procedimento arbitral, os acionistas deverão se reunir para tentar resolver tais divergências, dentro do espírito de boa-fé que os inspira. Artigo 30. Caso tais divergências não sejam dirimidas pelos acionistas em até 30 (trinta) dias contados da data da notificação escrita enviada por qualquer dos acionistas para a tentativa de conciliação, as controvérsias que porventura surgirem na interpretação ou aplicação deste Estatuto Social serão resolvidas por meio de arbitragem de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil — Canadá ("CCBC"), observando-se que: (i) o idioma da arbitragem será o português; (ii) o local da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) a arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, sendo raulo, estado de Sao Paulo; ilii) à arbitragem sera conduzida por 3 (tres) arbitros, sendo que um árbitro será nomeado pela parte que requerer a arbitragem quando da submissão do pedido de arbitragem e outro pela parte em face de quem a arbitragem for requerida quando da submissão da resposta ao pedido de arbitragem. Os 2 (dois) árbitros nomeados, de comum acordo e no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento de notificação a ser enviada pela CCBC, nomearão o terceiro árbitro, que irá atuar como presidente do Tribunal Arbitral. Findo o periodo de 10 (dez) dias, caso os árbitros nomeados pelas partes não cheguem a um acordo sobre a nomeação do terceiro árbitro, que deverá atuar como presidente, tal terceiro árbitro será nomeado pelo Presidente da CGBC. Quando houver múltiplas partes, como requerentes ou como requeridas, os múltiplos requerentes ou os múltiplos requeridos devem designar conjuntamente um árbitro; e (iv) a lei substantiva a ser aplicada ao mérito da arbitragem será a da República Federativa do Brasil. A lei substantivo da República Federativa do Brasil também deverá governar o compromisso de arbitragem estabelecido neste Artigo. **Parágrafo 1º**. As decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as partes para todos os efeitos, não estando sujeitas à homologação ou a qualque recurso perante o Poder Judiciário. **Parágrafo 2º**. A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem e decidirá qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que propor ção serão repartidos entre as partes. Em qualquer hipótese, cada parte arcará com os honorários contratualmente ajustados com seus respectivos patronos. **Parágrafo 3º**. As partes deverão manter sigilo sobre toda e qualquer informação referente à arbitragen. **Parágrafo 4º**. Sem prejuizo da validade do compromisso estabelecido neste artigo, as partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (i) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; e (ii) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia ao compromisso estabelecido neste Artigo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. Visto como, por razões individuais, renunciam a qualquer remuneração pelos serviços pela Companhia. Parágrafo 2°. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia devem, obrigatoriamente, ser assinados por 2 (dois) diretores, com precisa definição dos devem, obrigatoriamente, ser assinados por 2 (dois) diretores, com precisa definição dos devementes ob as penas da lei, que não gravará de forma alguma poderes conferidos aos mandatários. As Procurações, execto as "ad judicia", deverão sob o nº 21,375/125-2 e NIRE 35,375/125-2 e outorgadas por prazo determinado não excedente a 1 (um) ano. Parágrafo 3°. Respeitadas de valor de valor devem precisa definição dos devementes do as penas da lei, que não gravará de forma alguma poderes conferidos aos mandatários. As Procurações, execto as "ad judicia", deverão sob o nº 21,375/125-2 e NIRE 35,375/125-2 e outorgadas por prazo determinado não excedente a 1 (um) ano. Parágrafo 3°. Respeitadas de valor de valo

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câ<u>mera do seu</u> celular no QRcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo **MERCANTIL**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade









Zenith Saúde Mental Ltda.

CNPJ/MF nº 58.228.088/0001-83 - NIRE 35.265.543.982 1º Alteração de Contrato Social para Transformação do Tipo Jurídico da Zenith Saúde Mental Ltda. de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações,

Zenith Saúde Mental Ltda. de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações, sob a Denominação de Zenith Saúde Mental S.A.

Glauco Callia, brasileiro, médico, casado, portador da cédula de identidade RG nº 33.580.301-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.830.788-22, residente e domiciliado na Rua Apinajes, nº 761, apto. 91, Pompéia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05017-000 ("Glauco"); Unico sócio representante da totalidade do capital social de Zenith Saúde Mental Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.228.088/0001-83, com sede na Rua Coronel José Eusebio, nº 95, Casa 13, Bairro Higienópolis, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01239-030, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 35265543982, em sessão de 16 de novembro de 2024 ("Sociedade"), resolve promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, mediante os seguintes termos e condições: Item 1 – Da Cessão de Quotas: 1.1. O sócio Glauco Callia, permanecendo na sociedade, cede e transfere 50 (cinquenta) quotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 50,00 (cinquenta reais), por compra e venda feita ao seguinte sócio ingressante: Rodrigo Magalhães Ribeiro dos Anjos, brasileiro, casado, nascido em 17/06/197, diretor de tecnologia da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº 99001217630 17/06/197, diretor de tecnología da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº 99001217630 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob nº 042.616.266-83, residente e domiciliado na Rua São Salvador, nº 314, apto. 161, Bairro Jardim Belo Horizonte, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP: 13076-540 ("Rodrigo"). Item 2 – Da Transformação da Natureza Jurídica em Sociedade por Ações e da Alteração de Denominação Social. 2.1. Os sócios, por unanimidade, resolvem alterar a natureza jurídica de sociedade limitada para sociedade por ações, com a denominação de Zenith Saúde Mental S.A. ("Compania"), a se reger pelo Estatuto ora aprovado, cujo inteiro teor acompanha a presente alteração, por meio do Anexo I, como se nela estivesse literalmente transcrito, ficando sem efeito todo e qualquer dispositivo constante no contrato social ora alterado. Item 3 – Da conversão das Quotas sociais em Ações: 3.1. Constante no contrato social a deliberação contrato no tem 3 - Da conversad uas quotas socials em Ações. 3.000,00 (mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1,000 (mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser dividido e representado por ações, mediante a conversão efetuada na proporção de 01 (uma) ação para cada 01 (uma) quota existente, mantendo-se o preço de emissão equivalente a cada quota social substituída, sendo que as 1,000 (mil) quotas sociais, passam a ser representadas por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, sendo 950 (novecentas e cinquenta) ações de titularidade de **Glauco** e 50 (cinquenta) ações de titularidade de **Rodrigo,** ambos já qualificados. 3.2. A conversão das quotas em ações é formalizada por meio da asside **Rodrigo**, ambos já qualificados. 3.2. A conversão das quotas em ações é formalizada por meio da assinatura do respectivo boletim de subscrição, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Item 4 - Da Administração da Sociedade**: 4.1. Tendo em vista a deliberação de transformação da Sociedade, resolve o acionista que a administração da Sociedade será realizada pela Diretoria, composta por no mínimo 01 (um) e no máximo 04 (quatro) Diretores sem designação específica, a ser(em) eleito(s) para um mandot de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. 4.2. Os acionistas elegem, como membro da Diretoria, o Sr. **Glauco**, para o cargo de Diretor para um mandato de 03 (três) anos, a contar da presente data. O Diretor eleito torna posse do seu respectivo cargo, também nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo. 4.3. O Direto, ora eleito, declara, sob as penas da lei, que não se encontra impedido de exercer a administração da Companhia, e nem fora condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos oúblicos: ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, oeculato: acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; acesso a cargos publicos, ou por chime animentar, de prevanicação, pena ou suborno, concassad, peculaos ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, **Item 5 – Das Disposições Gerais:** 5.1. Por fim, as acionistas deliberam que a Companhia dará publicidade aos seus atos societários na forma de Lei 6.404/76, autorizando que os Diretores Executivos da Companhia, já qualificados, a tomar todas as medidas e assine quaisquer documentos necessários ao registro da presente ata. 5.2. Os acionistas reconstituidades de acestas de consecutados de acestas de consecutados de consec medias e assine quaisquer documentos necessarios ao registro da presente ata. 5.2. Us acionistas reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos
termos do art. 219 do Código Cívil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, como, por exemplo,
por meio do upload e existência deste termo. Os acionistas reconhecem, ainda, que o presente instrumento
será considerado válido e incontestavelmente datado da data indicada abaixo, que é a data em que todos os
acionistas assim acordaram, independentemente de a formalização de assinatura digital e eletrônica eventualmente ser concluída em data(s) distinta(s) por um ou mais acionistas. São Paulo, 22 de maio de 2025. tualmente ser concluída em data(s) distinta(s) por um ou mais acionistas. São Paulo, 22 de maio de 2025. Glauco Callia; Rodrigo Magalhães Ribeiro Dos Anjos. Anexo I: Estatuto Social da Zenith Saúde Mental Ltda. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º – A Zenith Saúde Mental S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 ("Lei das Sociedades Anônimas), e pelas demais disposições legais aplicáveis. Artigo 2º – A Companhia terá sua sede na Rua Coronel José Eusebio, nº 95, Casa 13, Higienópolis, São Paulo/SP, CEP 01239-030. Parágrafo único: A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências e depósitos em qualquer parte do país, por meio de decisão da Diretoria. Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social a atividade de fornecimento de tecnología e prestação de serviços voltados para o gerenciamento dos fatores psicossociais no trabalho. Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II – Capítal e Ações: Artigo 5º – O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. Parágrafo valor nominal, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. Parágrafo primeiro. As Ações são indivisíveis em relação à Companhia. Parágrafo segundo: A Companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, nos termos do artigo 15, § 2º da Lei nº 6,404/76, respetado o limite legal de até 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas. Parágrafo terceiro: As ações preferenciais poderão conferir aos seus titulares as vantagens e limites previstos em lei, devendo suas características e direitos ser definidos na deliberação do aumento de capital que as emitir ou mediante alte-ração estatutária específica. **Artigo 6º -** A responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão ração estatutária específica. **Artigo 6º** – A responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, nos termos do artigo 1º da Lei das Sociedades Anônimas. *Parágrafo único*: Os acionistas não respondem, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Companhia. **Artigo 7º** – Cada Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condominio. **Artigo 8º** – As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas. **Artigo 9º** – No caso de reembolso das Ações, previsto em lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os principios contábelos geralmente aceitos. **Artigo 10** – A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a seren observadas souanto social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão do direito de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto Social. **Artigo 11** – A Companhia poderá adqui-rir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12 –** As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação ou extinção. **Capítulo III – Assembleia Geral** dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação du extinção. Capítulo III — Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia (si") realizada em caráter ordinário, dentre os 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, obedecido os preceitos legais. *Parágrafo unico:* As deliberações das Assembleias, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. **Artigo 14** – 0 modo de

da Companhia: (iii) Aumento ou reducão do capital social, mediante emissão ou extinção de ações, opções de compra ou opcões de subscrição de acões; (iv) Liquidação e dissolução da Companhia ou de qualque de compra ou opções de subscrição de ações; (iv) Liquidação e dissolução da Companhia ou de qualquer Controlada, eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como autorização aos administradores da Companhia ou de qualquer Controlada para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial; (v) Transformação da Companhia em outro tipo societário, fusão, incorporação, cisão, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou seus ativos (incluindo-se drop down) ou a absorção, pela Companhia, do acervo resultante de qualquer sociedade; (vi) Abertura e encerramento de filiais; (vii) Fixação da remuneração anual máxima e benefícios aos administradores, bem como a forma de pagamento de tal remuneração e benefícios, se aplicável; (viii) Alteração das matérias sujeitas à aprovação das Reuniões, bem como das normas aplicáveis à sua convocação e realização; (ix) Alteração da política de dividendos e distribuição de lucros e dividendos; (x) Participação em grupo de sociedades, em subsidiárias/controladas/coligadas e em consórcios de sociedades o formação de joint ventures e parcerias similares; (xi) Aprovação e alteração do Plano Anual de Negócios. (xii) formação de joint ventures e parcerias similares; (xi) Aprovação e alteração do Plano Anual de Negócios. (xii) formação de joint ventures e parcerias similares; (xi) Aprovação e alteração do Plano Anual de Negócios. (xii) As operações que envolverem, por qualquer modo ou título, a aquisição ou a alienação, investimentos, arrendamento, bem como a instituição de quaisquer Ônus, referentes a (i) bens imóveis, por qualquer valor, (ii) qualquer outra operação ou contratação cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, e (iii) participações societárias, exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; (xiii) Celebração ou rescisão de qualquer contrato, inclusive com instituições financeiras ou assunção de qualquer obrigação cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; (xiv) Constituição de penhor, alienação fiduciária, hipoteca ou quaisquer gravames, sobre qualquer ativo ou direito da Companhia ou das Controladas; (xv) Celebração ou rescisão de quaisquer negócios envolvendo a Companhia, de um lado, e, de outro lado, qualquer um dos acionistas ou Partes Relacionadas, devendo deixar de votar o acionista envolvido ou relacionado à Parte Relacionada; (xvi) Contratacão de qualquer empregado com remuneração mensal superior ao qualquer um dos actoritistas ou rartes Netacioniadas, devenido detar de votar o actoritista envolvido du relacionado à Parte Relacionada; (xvi) Contratação de qualquer empregado com remuneração mensal superior ao montante em reais equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (xvii) Cessão, oneração e transferência de marcas, patentes e quaisquer outros direitos de propriedade industrial de titularidade da Companhia e/ou de qualquer uma de suas Controladas (ou que ainda estejam pendentes de confirmação da titularidade da Companhia e/ou qualquer uma de suas Controladas pelo órgão competente); e, (xviii) Concessão de garantias, avais, fianças, hipotecas ou outros ônus reais em favor de Terceiros, salvo se em favor de empresas Controladas. Artigo 16 – As Assembleias Gerais serão presididas por um Diretor e, na sua falta, por um dos acionistas presentes. Artigo 17 – A Secembleias Gerais coderão pocarer de forma virtual nos meio do acionistas presentes. nistas presentes. **Artigo 17** – As Assembleias Gerais poderão ocorrer de forma virtual, por meio de video-conferência ou outro meio disponível e que possa identificar os participantes, cuja plataforma deverá ser indicada no instrumento de convocação, devendo os acionistas formalizarem por escrito as deliberações tomadas. *Parágrafo único*: As atas das Assembleias Gerais poderão ser assinadas de forma eletrônica ou digital, conforme permitido pela legislação e aceitável pela Junta Comercial competente, caso o documento deva ser levado a registro. Capítulo IV – Da Administração: Artigo 18 – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 1 (um) a 4 (quatro) Diretores sem designação específica, com mandato de 3 (três) anos a contar de sua posse, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá estabelecer a sua remuneração. Parágrafo único: O(s) Diretor(es) devertão) permanecer em seu(s) cargo(s) até a posse do(s) novo(s) Diretor(es), regularmente eleito(s). Artigo 19 – Os membros da Diretoria serão eleitos em Assembleia Geral e tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo eleitos em Assembleia Geral e tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 20** – Os Diretores são investidos dos poderes necessários para práticar os atos e operações relacionados aos fins da Companhia, bem como aqueles não sujeitos à aprovação de acionistas e cujo valor não exceda os limites autorizados, conforme estabelecido no artigo 15 do presente Estatuto, além das demais disposições estatutárias e da legislação em vigor. **Artigo 21** – A do presente estatuto, aiem das demais disposições estatutarias e da legislação em vigor. **Arago 21 –** A representação da Companhia, judicial do extrajudicialmente, ativa ou passivamente, perimente terceiros e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, caberá exclusivamente aos Diretores nomeados, nos termos destatuto Social e Acordo de Acionistas, quando houver, respeitados os limites legais aplicáveis. Parágrafo primeiro: Sempre que houver dois ou mais Diretores em exercício, os atos de administração da Companhia deverão ser praticados mediante a assinatura conjunta de ao menos dois Diretores. Caso haja apenas um Diretor nomeado, este poderá praticar isoladamente todos os atos de administração e representar a Companita em quaisquer situações. Parágrafo segundo: A Diretoria poderá nomear procuraçãos especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. Parágrafo terceiro: O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. Capítulo V – Do Conselho Fiscal e Conselho de Administração: Artigo 22 – A Companhia não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e Conseino de Administração: Artigo 22 – A Companhia hao tera um Conseino riscal permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. Artigo 23 – A Companhia não terá um Conselho de Administração permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que fixará a remuneração destes e o prazo de mandato que será unificado e de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Artigo 24 – 0 exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 25** — Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **Artigo 26** — Um dividendo mínimo de 1% (um por cento) dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuido aos acionistas, após a constituição das reservas legais. *Parágrafo único:* A Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, nos temos da lei. **Artigo 27** – A Assembleia Geral poderá deliberar o levantamento de balanços intermediários em qualquer época durante o curso do exercício social e distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços, bem como distribuir lucros de forma desproportional de actividades de capitales que actividade de la contrata de la capital de la capi cional à participação dos acionistas no capital social, observando-se a legislação aplicável. Capitulo VII – Da Continuidade da Companhia: Artigo 28 – No caso de falecimento de qualquer dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo apenas com os acionistas remanescentes, de modo que os herdeiros e/ou sucessores do acionista falecido terão direito à apuração de haveres, nos termos abaixo e refletidos e complementados pelo Acordo de Acionistas da Companhia. Artigo 29 – No caso de separação ou divórcio de qualquer dos acionistas, o cônjuge não ingressará no quadro de acionistas da Companhia, devendo o acionista eventualmente nessa situação garantir que as ações da Companhia se mantenham sob sua exclusiva titularidade na partilha de bens. **Artigo 30** – No caso de exclusão ou exercício do direito de retirada de qualquer dos acionistas, nos termos da legislação aplicável, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo com os demais acionistas, devendo ser aplicado o disposto no artigo 31. **Artigo 31** – Os haveres do acionista falecido ou do acionista retirante serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da Companhia à data do falecimento ou da retirada ou exclusão, conforme aplicável, verificada em balanco especialmente levantado. Os haveres serão pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo indice IPCA ou por outro que venha a substituilo, vencendo-se a primeira parcela nos 30 (trinta) dias a contar do falecimento ou retirada, conforme o caso. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação: Artigo 32 –** A Companhia entrará em dissolução ou liquidação nos casos previstos em lei, ou por ria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12** – As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação ou extinção. **Capitulo III – Assembleia Geral** de **Acionistas: Artigo 13** – As deliberações sociais serão estabelecidas em Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral terá a autoridade para de **Acionistas: Artigo 13** – As deliberações sociais serão estabelecidas em Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral ("Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação, bem como para eleger os liquidantes. **Capitulo IX – Do Direito De Preferência e da Transferência de Ações: Artigo 33** – As regras aplicáveis à transferência de ações, dincisve quanto ao exercício do direito de preferência pelos acionistas, obedecerão ao disposto neste Estatuto, sem Acordo de Acionistas e na legislação aplicável: *Parágrafo único*: Será nula de pleno direito a voto de Acionistas e na legislação aplicável: *Parágrafo único*: Será nula de pleno direito a voto de Acionistas e na legislação aplicável: *Parágrafo único*: Será nula de pleno direito de preferência pela de Ações; ambiento a valve quanto ao exercício do direito de preferência pela de Ações, dem Assembleia so de Assembleia or o servações de Acionistas e na legislação aplicável: *Parágrafo único*: Será nula de pleno direito de preferência pela de Ações que violar o disposto neste artigo. **Capitulo X – Disposições Gerais: Artigo 34** – Aos casos convocação e o quórum de instalação e a formalidades complementares as disposições da Lei das Sociedades Anónimas (Lei 6404/1976) en de devidada de Ações; a de de A

Publique no **Data Mercantil!**

A decisão certa em todos os momentos.



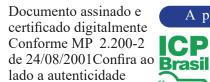
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no ORcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: *comercial@***datamercantil**.*com.br*

DATA São Paulo **MERCANTIL**











DM Instituição de Pagamento S.A. CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 28 de maio de 2025, às 09h, na sede social da DM Instituição de Pagamento S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.581.207/0001-37, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870 ("Companhia"). 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presenca de Acionistas. 3. Mesa: Assumiu paragrator 1, ou Estatuto o occario da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. 3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Denis César Correia, que convidou o(a) Sr. Tharik Camocardi de Moura para secretariá-lo. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: 1. Aprovação da alteração do capital social da Companhia no valor total de R\$40,000,000,00 (quarenta milhões de reias) pela acionista DMCore Holding Financeira S.A., assim sendo o valor do capital social passará dos atuais R\$195.200.000,00 (cento e noventa e cinco milhões e duzentos mil reais), para R\$235.200.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), dividido de capital social passará dos atuais R\$195.200.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), para R\$235.200.000,000 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), dividido de capital social da se desago de capital social de capital soc em 235.200.000 (duzentas e trinta e cinco milhões e duzentas mil) acões, todas ordinárias, nominativas sem valor nominal. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista **DMCore Holding Financeira S.A.**, conforme boletim de subscrição que integra esta Ata como **Anexo I** mediante aporte de capital. 2. Reforma do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na ordem do dia, a totalidade dos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidem: (i) Aprovaram Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, elecidem: (i) Aprovaram o aumento do capital social conforme disposto no item 4, (i) acima, (ii) Em razão da delibrado acima, o Artigo 5º será alterado. Assim, referido artigo do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: Artigo 5º. O capital social é de R\$235.200.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzen tos mil reais), dividido em 235.200.000 (duzentas e trinta e cinco milhões e duzentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (iii) Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os acionisordinarias, nortiniaturas e serim valor nortiniat. (III) tendo em vista as delibertações actiria aprovadas, os acionis tas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social desta companhia, que passa a vigorar conforme **Anexo II** à presente Ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata de Reunião da Assembleia Geral que, lida e aprovada pela unanimidade dos acionistas, é assinada por todos os presentes. Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada no livro próprio. **7. Assinaturas: Mesa:** Presidente – **Denis César Correia; Secretário** – **Tharik Camocardi de** Moura. Acionistas: DMCore Holding Financeira S.A., representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura. Diretores: Denis César Correia; Tharik Camocardi de Moura. São José dos Campos, 28 de maio de 2025. Mesa: Denis César Correia - Presidente da Mesa; Tharik Camocardi de Moura - Secretário da Mesa. Acionistas: Denis César Correia; DMCore Holding Financeira S.A., Denis Cesar Correia; Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. Anexo II – Estatuto Social Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º A DM Instituição de Pagamento S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto: Aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; Credenciar forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto: Aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; Credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; Processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; Obter financiamento junto a instituições financeiras em nome dos portadores de cartões; Conceder fiança e assumir riscos de inadimplemento; Prestar serviços de administração, consultoria e treinamento relacionados a cartões de crédito; Desenvolver sistemas de automação para cartões de crédito; Administrar programas de fidelidade e incentivo; Prestar serviços de call center e teleatendimento; Comércio varejista de livros virtuais. Parágrafo Único. A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, mediante deliberação da Assembleia Geral. Artigo 3º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo abrir, transferir ou extinguir filiais no território nacional ou no exterior. Artigo 4º. A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo III – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º. O capital social é de R\$235.200.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), dividido em 235.200.000 (duzentas e trinta e cinco milhões e duzentas mil ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuizo do disposto neste Estatuto Social. Artigo 6º 0. So acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício de preferência. Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º . A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente d lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital socia votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Artigo 9º. A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A., observados os quórums previs-tos em lei e o Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo). Capítulo IV — Da Administração. Artigo 10º. A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 11º. Os membros da Diretoria devem assumir seus Administração da Colipialmia compete a Diretoria. Arigo 11. Os hiembros da Diretoria deveiri assimilir setas cargos dentro de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 12º. A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 13º. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 14º. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. Artigo 15º. A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 16°. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desone rem terceiros de obrigações para com a Companhia. Parágrafo Único. A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financierio e deverá conter expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que as procurações ad judícia poderás ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos o limites e restrições impostos neste Estatuto Social. Artigo 17°. Todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administra impostos lieste statuto Social. Anglo I 7: Todos e quasquer ados necessarios e convenientes ad antimistra cao da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A., devidamente arquivado na sua sede social ("Acordo de Acionistas"), sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticado em desacordo com referido Acordo de Acionistas. Capítulo VI – Do Conselho Fiscal Artigo 18°. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro. ous actoristas e possul as Competencias, responsabilidades e develes definitos en lei. Paragarán Primeiro.

O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de sumembros, lavrando-se em ata suas deliberações. Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 19°. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada A vigor 19. O exercicio social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 20º. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 20º da Lei das S/A. Artigo 21º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses de la contra de lucros apurados nesses balanços. conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanco anual, semestral ou trime: conta de luctos actinitados ou de reservos de luctos exterines no limito batalito antidi, seriestra do irmies-tral. Parágrafo Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 22°. A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 23°. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo Conipanna. Arigo 25. A Companna se dissovera e entra a en inquidação los casos previstos em inc, cabeino de Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Capítulo IX – Das Disposições Finais. Artigo 24º. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negécios estranhos aos seus interesses sociais. Artigo 25º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo

Fortec S/A Participações e Empreendimentos CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

com o que preceitua a Lei das S/A. Capítulo X – Da Arbitragem. Artigo 26º. Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existên Coia, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.631/25-7

30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em 11 de julho de 2025, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a inalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Encerramento do Conselho Fiscal da Companhia instalado para o atual exercício social, com consequente destituição dos conselhei

ros eleitos, e respectivos suplentes.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente.

Tupi Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF n° 59.115.685/0001-64 - NIRE 35.300.656.253 Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 16 de abril de 2025, às 16:00 horas - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 214.044/25-7 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 - NIRE 35.300.155.611

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025

Data, Hora e Local: Aos trinta dias do mês de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("<u>Companhia"</u>) localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (<u>"Lei nº 6.404/76"</u>), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 4.1.1. Exame discussão e aprovação do relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como das demons-trações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 4.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e 4.1.3 Deliberar sobre a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76.5.1 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.1.1 Deliberar sobre a renúncia do <u>Diretor sem designação específica</u> da Companhia, Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho e eleger o diretor substituto; 5.1.2 Reeleger os Diretores da Companhia; 5.1.3 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia; e 5.1.4 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão dos auditores independentes da Companhia; e 5.1.4 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), medi de novas ações, bem como a alteração do Artigo 5º, caput e Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Com-panhia. 6. **Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes; 6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 8.384.861.84 (oito milhões, trezentos e oitenta e quatro mil. oito senta e um reais e oitenta e quatro centavos), sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da lei 6404/76; (i) 2.096.215,46 (dois milhões, noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e quarenta e seis centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2024, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, que serão distribuídos até 31 de dezembro de 2025; e (ii) R\$ 6.288.646,38 (seis milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos) destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos até 31 de dezembro de 2025; e 6.1.3 Aprova a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76, passando, a partir desta data, a ser utilizado o jornal Data Mercantil. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Foi recebido e conhecido o pedido de renúncia do Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho, ao cargo de <u>Diretor sem designação específica</u>, nesta data, ao qual é outorgada a mais plena, irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação, exceto nos casos de dolo e/ou fraude. O acionista da Companhia registra seu agradecimento ao Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho pela dedica-ção à Companhia no desempenho de suas atribuições; 6.2.2 Diante da renúncia apresentada, o acionista elege como novo diretor sem designação específica, para cumprir mandato de 03 (três) anos devendo permanecer em seu cargo até a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que o reele-ger ou destituir, o Sr. **Walace Vinicius dos Santos Merlin**, brasileiro, casado, administrador de empre-sas, portador da cédula de identidade RG nº 5.729.325-0 SESP PR, inscrito no CPF sob o nº 003.946.319-27, residente e domiciliado no município de Araras, Estado de São Paulo, com endereç comercial no município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho. 6.2.3 Reeleger como membros da Diretoria da Companhia: para o cargo de (i) Diretor Presidente, o Sr. Luiz Cesar Lindgren Costa, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº 871.545.877-68, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, vila Nova Conceição; e (ii) para os cargos de <u>Diretor sem designação</u> esp<u>ecífica</u>, o Sr. **Niton Leonardo Fernandes de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6, inscrito no CPF sob o nº 071.000.747-70, residente e domicedula de Iderlindade Na II - 10.34 1.501 - 5, inscilio IO CF- sob 11-07 1.500. 147-70, lesidente e doini-ciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelinc Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 (três) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Assembleia Geral de Acionis: as da Companhia que os reelegerem ou destituírem; O Diretor eleito e os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Compa nhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumi o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia; 6,2,4 Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia, na forma do inciso XI, do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia; e 6.2.5 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), mediante a emissão de 141.509.434 (cento e quarenta e um milhões, quinhentas e nove mil e quatrocentas e trinta e quatro) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,0848, ssando o capital social subscrito de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 101.483.834 ento e um milhões, quatrocentas e oitenta e três mil e oitocentas e trinta e quatro) ações, para R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), dividido em 242.993.268 (duzentas e quarenta e duas milhões, novecentas e noventa e três mil e duzentas e sessenta e oito) ações, todas ordinárias, nomi-nativas e sem valor nominal. O preço de emissão foi calculado em conformidade com o artigo 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/1976. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e serão integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em conformidade com o boletim de subscrição que consta como **Anexo** I. Em virtude da aprovação deste aumento de capital, o Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social subscrito é de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), dividido em 242.993.268 (duzentas e quarenta e duas milhões, novecentas e noventa e três mi e duzentas e sessenta e oito) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Estão integralizados, em moeda corrente nacional, R\$ 2.000,000,00 (dois milhões de reais), equivalent a 14,29% (quatorze vírgula vinte e nove por cento) do capital social subscrito." 6.3 Aprovar a lavratur desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Niltor eonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 30 de abril de 2025. "Confere com a original lavrada em livro próprio" Sabrina Indelicato Penteado – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 185.912/25-4 em 16/06/2025. Aloizio

Autovias S.A.CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 - NIRE 35.300.156.625

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos nove días do mês de junho de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Autovias S.A. ("Companhia") localizada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/16"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. Ordem do Día: 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. Deliberações: O acionista delibera o que segue: 5.1. Reeleger, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia: (i) para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Luíz Cesar Lindgren Costa, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº 871.545.877-68, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceienderego comercia na Avenida Presidente disceniro Rubischeri, in 310, 122 andar, vita nova concer-giao, (ii) para os cargos de Diretor sem designação específica, o Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6, inscrito no CPF sob o nº 071.000.747-70, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereco comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, e Sr. Ricardo Tozzi Gerab, brasileiro, solteiro, administrador público, portador da cédula de identidade nº 33.822.021-5, inscrito no CPF sob o nº 222.237.518-57, residente e domiciliado no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 312.2, Pista Norte, Jardim Jóquei Clube. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 (três) anos, os quais deverão permanecer em seus cargos até a data da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores da Companhia, eleitos na forma do disposto no item acima, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob estad impedidos, por lei especial, de exércie a administração da companha e nem condendados do soi: efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por prime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, cuja declaração encontra-se devidamente arquivada na sede da Companhia, e 5.2. Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o dis-posto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, ioi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina ndelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 09 de junho de 2025. *"Confere com a original lavrada em livro próprio* Sabrina Indelicato Penteado – Secretária, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certifico o registro ob o nº 211.734/25-1 em 23/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exel



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade



Lightsource Brasil Energia Renovável Participações S.A.

CNPJ/MF n° 34.376.899/0001-63 – NIRE 35.300.539.281

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2025

1. Data, Hora e Local. Assembleia realizada em 13 de maio de 2025, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 74, 7° andar, conjunto 72,

sala 43, Cerqueira César, CEP 01418-000. **2. Convocação e Presença.** As formalidades de convocação foram dispensadas, em razão da presença de todos as acionistas da Companhia, a saber, Lightsource Brazil Holdings 1 Limited e Lightsource Brazil Holdings 2 Limited. **3. Mesa.** <u>Presidente</u>: Livia Meneleu Fiuza Brazil Holdings 1 Limited e Lightsource Brazil Holdings 2 Limited. 3. Mesa. Presidente: Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello; e Secretário: Luís Augusto Egydio Canedo. 4. Ordem do día. Aprovar a resignação dos conselheiros Ricardo Barros de Vasconcelos Lima e Talvani Hipolito Nolasco Filho, do Conselho de Administração. Eleição de novo membro do Conselho de Administração. 5. Deliberações. Por unanimidade de votos, os acionistas da Companhia, deliberam o seguinte: 5.1. Resignação de membros do Conselho de Administração. Aprovar a resignação dos conselheiros (i) Ricardo Barros de Vasconcelos Lima, brasileiro, casado, portador do RG nº 2618452 SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº 051.049.494-35, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4055, 1º andar, CEP 04538-133; e (ii) Tabrani Hipolito Molasco Filho, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade (RG) nº 383167140 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 947.793.335-04, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Surubins, 57, apto 207, Jurerê, CEP 88053-516, com efeitos imediatos. 5.2. Eleição de novo membro do Consolidação do Conselho de Administração. Aprovar a nomeação de Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello, brasileira, Conselho de Administração. Aprovar a nomeação de Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 21.831 e no CPF sob o nº 01.711.293-14, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4055, 5º andar, CEP 04538-133, para o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 3 (três) anos, com vigência a partir desta data, conforme Termo de Posse anexo. As demais cadeiras do Conselho de Administração da Companhia permanecem vagas, nos termos do § 1º, do artigo 9 do Estatuto Social da Companhia. **6. Lavratura da ata e Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Nada mais, São Paulo, 12 de maio de 2025. Mesa: Livia Meneleu Fiuza Bandeira de Mello - Presidente da Mesa; Luís Augusto Egydio Canedo - Secretário da Mesa.

Private Equity Holding VII – Delta S.A. CNPJ/MF n° 46.265.635/0001-11 – NIRE 35.300.592.409 Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11:00, na sede social da Private Equity Holding VII – Delta S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, n° 220, Edificio Atrium I, 9° andar, conjunto 92, parte, VIIa Olímpia, CEP 04.552-903. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Acões"), em decorrência de estar presente o único acionista da Companhia, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcos de Mello Mattos Haaland, e secretariados pelo Sr. Daniel Fisberg. 4. Publicações: Dispensadas as publicações legais dos anúncios e prazo de antecedência para disponibilização de documentos, a que se refere o artigo 133 § 4º da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido publicados o relatório a nual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nas Publicações Legais do Jornal "Data Mercantil", no dia 28 de março de 2025, com divulgação simultánea no website do jornal (www.datamercantil.com.br/publicidadelegal), conforme as publicações constantes do Anexo I, nos termos dos artigos 289 da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução Normativa nº 112 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. Os documentos mencionados e os documentos pertinentes a assuntos constantes da ordem do dia foram também colocados à disposição do único acionista na sede da Companhia. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a prestação de contas dos administradores, discussão e apreciação do relatório anual da administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a remuneração global da administração da Companhia o exercício de 2025; e (v) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"). 6. Deliberações: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: 6.1. Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 6.2. Aprovar independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 6.2. Aprovar a destinação do resultado <u>negativo</u>, conforme o prejuízo aufeirdo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 16.332.000,00 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e dois mil reais), o qual será destinado a conta de prejuízos acumulados, conforme registrado nas demonstrações financeiras da Companhia, de forma que o único acionista não fará jus ao recebimento de dividendos com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. 6.3. Aprovar a reeleição dos Srs. (i) Marcos de Mello Mattos Halland, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG 9 4936493, espedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o n° 108.082.398.05, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Daniel Fisberg, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n° 32.680.579, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o n° 328.978.758-36, ao Cargo de Membro do Conselho de Administração; (iii) Luis Felipe Françoso Perejra da Cruz brasileiro. de Identidade RG nº 32.680.579, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 328.978.758-36, ao cargo de Membro do Conselho de Administração; e (iii) Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 24.651.877-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 282.996.318-07, todos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua do Rocio, nº 220, Edificio Atrium 1, 9º andar, conjunto 92, parte, Vila Olímpia, CEP 04.552-903, ao cargo de Membro do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 1 (um) ano a contar desta data, até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus sucessores, conforme permite o § 4º do art. 150 da Lei das Sociedades por Ações. 6.3.1. Os Membros do Conselho de Administração, ora reeleitos conforme item 6.3. acima, tomam, posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse anexos à presente ata (**Anexo II**), os quais ficarão arquivados na sede da Companhia e lavrados no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, na forma da legislação aplicávela e aceitam o cargo para o qual foram reeleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer suas funções por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob de exercer suas funçoes por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fe pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. 6.4. Aprovar o valor da remuneração global dos órgãos da administração da Companhia para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, no valor de até R\$ 9.259.784,00 (nove milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais). 6.5. Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora tomadas, podendo assinar todo e qualquer documento necessário para tanto, nos termos do Estatuto Social da Companhia 7 Energramento. Não documento necessário para tanto, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 7. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a presente Assembleia encerrada e suspendeu os tra-balhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 17, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e adada conforme, foi assinada por todos os presentes via plataforma Docusign. Os membros da mesa e o único acionista da Companhia presentes reconhecem e concordam com a assinatura por meio da referida plataforma, atestando sui veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. São Paulo/SP, 29 de abril de 2025. (ass.:)

Mesa: Marcos de Mello Mattos Haaland – Presidente; Daniel Fisberg – Secretário. Acionista: Pátria

Private Equity Fund VII – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Por: BRL Trust

Investimentos Ltda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.595/25-3 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício

Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Publicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo - ABASP

CNP I/MF nº 35 300 908/0001-03

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Prezados associados, Nos termos do Estatuto da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e
Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São
Paulo (CNPJ/MF: 35.300.998/0001-03) ("ABASP" ou "Associação"), venho convocá-los para se reunir
em assembleia geral extraordinária da Associação, a realizar-se no dia 16 de julho de 2025, à Avenida Faria Lima, nº 1 47 8, 8º andar, São Paulo/SP, com primeira chamada às 14:00hs, e segunda chamada às 14:30, considerando a reorganização administrativa promovida pelo Governo de Estado de São Paulo, por meio da qual a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI passou a assumir as competências relativas aos Sistemas de Bilhetagem, anteriormente atribuídas à Secretaria assumir as competencias relativas aos Sistemas de Bilinetagem, antenormente atribuldas a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, bem como a Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP passou a exercer a função de órgão fiscalizador em substituição à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU, para deliberar sobre a seguinte matéria da ordem do dis. I. Proposta de alteração do Estatuto Social da ABASP, Artigo 10°, Parágrafo 8° com substituição da "STM" pela "SPI". II. Proposta de alteração do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, Artigo 10°, Parágrafo 10°, 8° com substituição da "STM" pela "SPI". II. Proposta de alteração do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, em seu iniciso (iv), com a finalidade de incluir expressamente a Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo - "ARTESP". III. Proposta de alteração do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, em seu inciso (v), com a finalidade de substituir expressamente a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - "STM" pela Secretaria de Parcerias em investimentos - "SPI". IV. Proposta de alteração do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, em seu Parágrafo 3°, com a substituição da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - "STM" pela Secretaria de Parcerias em investimentos - "SPI". V. Proposta de alteração do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, em seu Parágrafo 6°, com a substituição da Secretaria do Artigo 12° do Estatuto Social da ABASP, em seu Parágrafo 6°, com a substituição da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - "STM" pela Secretaria de Parcerias em investimentos - "SPI". São Paulo, 03 de julho de 2025. Fernando Manuel Mendes Nogueira - Presidente do Conselho de Administração.

Fraction 017 Administração de Bem Próprio S.A. CNPJ/MF nº 39.923.379/0001-47

Balanço Patrimonial		
Ativo	31/12/24	31/12/23
Ativo Circulante	100,00	100,00
Disponibilidades	100,00	100,00
Caixa e Bancos	100,00	100,00
Ativo Não Circulante	17.564.767,35	49.568.088,51
Investimentos	17.564.767,35	49.568.088,51
Outros Investimentos	17.564.767,35	49.568.088,51
Total do Ativo	17.564.867,35	49.568.188,51
Passivo	31/12/24	31/12/23
Passivo Circulante	44.122,44	· · · -
Outras Obrigações	44.122,44	-
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.075.40	_
Diversos	41.047,04	_
Passivo Não Circulante	876.891.18	42.723.923.08
Exigível a Longo Prazo	876.891,18	42.723.923.08
Outras Obrigações	876.891,18	42.723.923,08
Diversos	876.891.18	42.723.923,08
Patrimônio Líquido	16.643.853,73	6.844.265,43
Capital:	57.078.094,45	100,00
De Domiciliados no País	57.078.094,45	100,00
Reservas de Capital		8.954.233.82
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(40.434.240,72)	(2.110.068,39
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.564.867,35	49.568.188,51
Demonstração do Resultado do	Exercício	
	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,56)	(1.390.573,48
Despesas Gerais e Administrativas	(52.211,56)	(1.390.573,48
Outras despesas administrativas	(50.636,62)	(1.390.573,48
Despesas tributárias	(1.574,94)	· -
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(52.211,56)	(1.390.573,48)
Resultado Financeiro	(76,81)	_
Despesas Financeiras	(76,81)	-
Despesas com obrigações por empréstimos	(76,81)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(38.271.883,96)	-
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(38.324.172,33)	(1.390.573,48)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	-
Lucro/ (Prejuízo) do Período	(38.324.172,33)	(1.390.573,48)
Nº de Acões	57.078.094	100
Lucro (prejuízo) por Acão:	(0,67)	(13905,73)

Fraction 018 Administração de Bem Próprio S.A. CNPJ/MF n° 39.923.349/0001-30

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial Ativo Circulante Disponibilidades 100.00 100.00 Caixa e Bancos **Ativo Não Circulante** 9.263.779,19 9.301.146,07 9.263.779,19 9.301.146,07 Investimentos Outros Investimentos 9.263.879,19 9.301.246,07 Passivo 31/12/24 44.122,44 Passivo Circulante 390,725,00 Outras Obrigações Demais Impostos e Contribuições a Recolher 44.122,44 390.725,00 3.075,40 41.047.04 Passivo Não Circulante Exigível a Longo Prazo 8.165,92 8.165,92 Outras Obrigações 8.165.92 390 725 00 Patrimônio Líquido 9.211.590,83 De Domiciliados no País 9.355.475.58

Reservas de Capital	-	8.964.650,58	
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(143.884,75)	(54.229,51)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.263.879,19	9.301.246,07	
Demonstração do Resultado do Exerc	cício		
	31/12/24	31/12/23	
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,55)	(379,29)	
Despesas Gerais e Administrativas	(1.574,93)	(379,29)	
Outras despesas administrativas	-	(379,29)	
Despesas tributarias	(1.574,93)	-	
Outras Despesas Operacionais	(50.636,62)		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(52.211,55)	(379,29)	
Resultado Financeiro	(37.443,69)	-	
Despesas Financeiras	(37.443,69)	-	
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(76,81)	-	
Variações monetárias e cambiais passivas	(37.366,88)	-	
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(89.655,24)	(379,29)	
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(89.655,24)	(379,29)	
Lucro/ (Prejuízo) do Período	(89.655,24)	(379,29)	
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora Atribuído a Sócios Não Controladores	(89.655,24)	(379,29)	
Nº de Quotas:	9.355.475	100	
Lucro (prejuízo) por Quota:	(0,01)	(3,79)	
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

Franking 000
Fraction 029
Administração de Bem Próprio S.A.
Auministração de Dem Proprio S.A.
CNP I/MF nº 44 949 959/0001-43

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)

	Balanço P	atrimonial	
Ativo	31/12/24	Passivo	31/12/24
Ativo Circulante	102,00	Passivo Circulante	5.817,30
Disponibilidades	102,00	Outras Obrigações	5.817,30
Caixa e Bancos	102,00		5.817,3
Ativo Não Circulante		Patrimônio Líquido	70.145.996,84
Imobilizado de Uso	70.151.712,20	Capital:	102,0
Terrenos	70.151.712,20	De Domiciliados no País	102,0
		Reservas de Capital	70.151.712,20
		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(5.817,36
		Total do Passivo e Patrimônio	
Total do Ativo	70.151.814,20	Líquido	70.151.814,20
Dem	onstração do Re	esultado do Exercício	
	31/12/24		31/12/2
Despesas/Receitas Operacionais		Imposto de Renda e Contribuição)
Despesas Gerais e Administrativas		Social sobre o Lucro	
Despesas tributárias	(5.817,36)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	(5.817,36
Resultado Antes dos Tributos		Nº de Ações	10:
sobre o Lucro	(5.817,36)	Lucro (prejuízo) por Ação:	(57,03
	A Dir	etoria	

Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade









Fraction 019 Administração de Bem Próprio S.A. ČNPJ/MF nº 39.777.282/0001-73 Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais) Balanço Patrimonial 31/12/2024 100,00 100,00 100,00 35.205.612,27 35.205.612,27 35.205.612,27 Ativo Ativo Circulante Disponibilidades Caixa e bancos Ativo Não Circulante Investimentos 31/12/2023 100,00 100,00 100,00 35.219.162,27 35.219.162,27 Outros investimentos Total do Ativo 35.205.612,27 **35.205.712.27** 35.219.162,27 **35.219.262,27** Passivo Circulante Outras Obrigações Demais impostos e contribuições a recolher Diversos Passivo Não Circulante Evidival a Longo Prazo 31/12/24 44.122,44 44.122,44 3.075,40 41.047,04 8.165,93 31/12/23 Exigível a Longo Prazo Outras Obrigações 8.165.93 8.165,93 8.165,93 35.153.423,90 Diversos Patrimônio Líquido 35.219.262,27 Capital: De domiciliados no país Reservas de capital 37.248.970,90 37.248.970,90 37.248.870,90 (2.095.547,00) Lucros/(Prejuízos) acumulados Total do Passivo e Patrimônio Líquido 35.205.712,27 35.219.262,27 Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/2024 31/12/2023 Resultado Bruto Despesas/Receitas Operacionais (65.761,56) (1.047,00) Despesas com Vendas (52.211,56) (50.636,62) (1.574,94) (13.550,00) Despesas Gerais e Administrativas Outras despesas administrativas Despesas tributarias (1.047,00) (1.047,00) Outras Despesas Operacionais (65.761,56) (76,81) (76,81) (76,81) Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos (1.047,00)Resultado Financeiro Despesas Financeiras Despesas com obrigações por empréstimos Lucro/ (Prejuízo) do Período Nº de Quotas: (**65.838,37**) 37.248.970 **(1.047,00)** 100 Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3

	Fraction	on 045		
Administr	Administração de Bem Próprio S.A.			
71011111111111		009.431/0001-08		
		referente ao exercício social		
encerrado		(Valores expressos em Reais)		
Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024	
Ativo Circulante	185.122.51	Passivo Circulante	1.908.027,15	
	157.675.70	Outras Obrigações	1.908.027,15	
Disponibilidades		Demais impostos e contribuições	005 240 55	
Caixa e bancos	157.675,70	a recolher	285.349,55 1.622.677.60	
Outros Créditos	27.446,81	Provisões para pagamentos a efetuar Passivo Não Circulante	30.539.161.24	
Diversos	27.446,81	Outras Obrigações	30.539.161,24	
Ativo Não Circulante	132.104.888,58	Valores a pagar a sócios cotistas	30.539.161,24	
Outros Créditos	20.541.176,38	Patrimônio Líquido	99.842.822,70	
Valores a receber de sociedades		Capital:	101,00	
ligadas	20.541.176,38	De domiciliados no país	101,00	
Imobilizado de Uso	111.563.712,20	Reservas de capital	111.563.712,20	
Terrenos	111.563.712,20	Reservas de lucros Total do Passivo e Patrimônio	(11.720.990,50)	
Total do Ativo	132.290.011,09		132.290.011,09	
Dem	ionstração do Re	esultado do Exercício		
	31/12/2024		31/12/2024	
Despesas/Receitas Operacionais	(11.720.943,81)	Variações monetárias e cambiais		
Despesas Gerais e Administrativas		passivas	(46,69)	
Outras despesas administrativas	(11.686.587,14)	Resultado Antes dos Tributos	/11 700 000 E0V	
Despesas tributárias Resultado Antes do Resultado	(34.356,67)	sobre o Lucro Imposto de Renda e Contribui-	(11.720.990,50)	
Financeiro e dos Tributos	(11.720.943.81)	cão Social sobre o Lucro	_	
i mancono o dos iributos	(11.7 20.040,01)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	(11.720.990.50)	
Resultado Financeiro	(46,69)		101	
Despesas Financeiras	(46,69)	Lucro (prejuízo) por Ação:	(116.049,41)	
		etoria		
Ignis Contábil Ltda., N	ivia Maria Gonça	alves – Contadora CRC nº 1SP 215.2	94/0-3	

	Fraction 050			
Administra	ação de	Bem Próprio S	.A.	
		225.822/0001-62		
		referente ao exercício social (Valores expressos em Reais)		
	Balanço P	atrimonial		
Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/202	
Ativo Circulante	101,00	Passivo Circulante	10.128,5	
Disponibilidades	101.00	Outras Obrigações Diversos	10.128,5 1 10.128,51	
Caixa e bancos	101.00	Patrimônio Líguido	23.354.694,29	
Ativo Não Circulante	23.364.721,80	Capital:	101,00	
Imobilizado de Uso	23.364.721,80	De domiciliados no país	101,00	
Terrenos	23.364.721,80	reservas de Cabilai	23.364.721,8	
	Total do Passivo e Patrimônio			
Total do Ativo	23.364.822,80		23.364.822,8	
Demo	onstração do Re	esultado do Exercício		
	31/12/2024		31/12/2024	
Despesas/Receitas Operacionais		Imposto de Renda e Contribui-		
Despesas Gerais e Administrativas		ção Social sobre o Lucro		
Despesas tributárias Resultado Antes dos Tributos	(10.128,51)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício Nº de Acões	(10.128,51	
sobre o Lucro	(10.128,51)	Lucro (prejuízo) por Acão:	(100,28	
A Diretoria				
Ignis Contábil Ltda., Ni	Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Goncalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

Fraction 028	B			
Administração de Bem Próprio S.A.				
Demonstrações Financeiras referentes aos encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Vald	s exercícios sociais	s)		
Balanco Patrimonial				
Ativo	31/12/24	31/12/23		
Ativo Circulante	248.550,68	100,00		
Disponibilidades	10.265.81	100.00		
Caixa e Bancos	10.265.81	100.00		
Outros Créditos	238.284.87			
Créditos Tributários	238.284.87	_		
Ativo Não Circulante		11.744.920,50		
Imobilizado de Uso	_	11.744.920.50		
Imóveis	_	11.744.920.50		
Total do Ativo	248.550.68	11.745.020.50		
Passivo	31/12/24	31/12/23		
Passivo Circulante	28,937,94	,,		
Outras Obrigações	28.937.94	_		
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	1.968.40	_		
Provisões para Pagamentos a Efetuar	26.969.54	_		
Patrimônio Líquido	219.612.74	11.745.020.50		
Capital:	219.612,74			
De Domiciliados no País	219.612,74	100,00		
Reservas de Capital		11.744.920,50		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	248.550,68	11.745.020,50		
Demonstração do Resultado do I	Exercício			
	31/12/24	31/12/23		
Despesas/Receitas Operacionais	194.349.072,06	_		
Despesas Gerais e Administrativas	(333.598,91)	-		
Outras despesas administrativas	(32.637,12)	-		
Despesas tributárias	(300.961,79)	-		
Outras Receitas Operacionais Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	194.682.670,97	-		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos Resultado Financeiro	194.349.072,06 215.464.51	_		
Receitas Financeiras	809.064.94	_		
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	809.064.94	_		
Despesas Financeiras	(593.600,43)	_		
Variações monetárias e cambiais passivas	(593.600,43)	_		
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	194.564.536,57	_		
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(2.330.447,18)	_		
Imposto de renda	(1.707.211,16)	_		
Corrente	(1.707.211,16)	_		
Contribuição social	(623.236,02)	_		
Corrente	(623.236,02)	-		
Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	192.234.089,39	-		
№ de Ações	11.745.021	100		
Lucro (prejuízo) por Ação:	16,37	0,00		

Fraction 047			
Administra	ição de	Bem Próprio S	.A.
		319.964/0001-26	
		referente ao exercício social (Valores expressos em Reais)	
	Balanço P	atrimonial	
Ativo	31/12/24	Passivo	31/12/2024
Ativo Circulante	101,00	Passivo Circulante Outras Obrigações	16.387,92 16.387,92
Disponibilidades	101,00	Diversos	16.387,92
Caixa e bancos	101,00	Patrimônio Líquido	37.004.425,28
Ativo Não Circulante	37.020.712,20	Capital:	101,00
Imobilizado de Uso	37.020.712,20	De domiciliados no pais	101,00
Terrenos	37.020.712,20	Reservas de capital Lucros/(Prejuízos) acumulados	37.020.712,20 (16.387,92)
	,	Total do Passivo e Patrimônio	(10.007,52)
Total do Ativo	37.020.813,20	Líquido	37.020.813,20
Demo	onstração do Re	esultado do Exercício	
	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(16.387,92)		
Despesas Gerais e Administrativas		ção Social sobre o Lucro	(16.387,92)
Despesas tributárias Resultado Antes dos Tributos	(16.387,92)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício Nº de Acões	10.387,92
sobre o Lucro	(16.387,92)	Lucro (prejuízo) por Ação:	(162,26)
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

A Diretoria Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3

Monde Bleu				
Administração de Bem Próprio S.A.				
CNPJ/MF n° 49.009.413/0001-26	-			
Demonstrações Financeiras referentes aos ex encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores		'al		
	expressos em Real	S)		
Balanço Patrimonial Ativo	31/12/2024	31/12/2023		
Ativo Circulante	309.514,37	230.853,45		
Disponibilidades	145.625.23	230.488.03		
Caixa e bancos	145.625,23	230.488,03		
Outros Créditos	163,889,14	365,42		
Diversos	163.889,14	365,42		
Ativo Não Circulante	26.034.790,48	32.935.664,37		
Realizável a Longo Prazo	159.134,42	35.304,36		
Outros Créditos	159.134,42	35.304,36		
Diversos	159.134,42	35.304,36		
Imobilizado de Uso	25.875.656,06	32.900.360,01		
Outros bens do imob de uso	35.175.170,80	35.164.990,00		
(Depreciações acumuladas)	(9.299.514,74)	(2.264.629,99)		
Total do Ativo Passivo	26.344.304,85 31/12/2024	33.166.517,82 31/12/2023		
Passivo Circulante	30.785,29	7.688,48		
Outras Obrigações	30.785.29	7.688.48		
Demais impostos e contribuições a recolher	1.902,08	1.438.49		
Provisões para pagamentos a efetuar	147,82	1.100,15		
Diversos	28.735,39	6.249,99		
Passivo Não Circulante	392.100,09	422.934,52		
Exigível a Longo Prazo	392.100,09	422.934,52		
Outras Obrigações	392.100,09	422.934,52		
Diversos	392.100,09	422.934,52		
Patrimônio Líquido	25.921.419,47	32.735.894,82		
Capital:	35.165.091,00	35.000.101,00		
De domiciliados no país	35.165.091,00	35.000.101,00		
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(9.243.671,53)	(2.264.206,18		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	26.344.304,85	33.166.517,82		
Demonstração do Resultado do Exe		21 /12 /2022		
Resultado Bruto	31/12/2024	31/12/2023		
Despesas/Receitas Operacionais	(6.981.369,60)	(2.264.650,66		
Despesas Gerais e Administrativas	(7.035.109,96)	(2.264.650,66		
Outras despesas administrativas	(7.035.103,30)	(2.264.629,99		
Despesas tributarias	(88.54)	(20,67		
Outras Receitas Operacionais	53.740,36	(20,07		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(6.981.369,60)	(2.264.650,66		
Resultado Financeiro	1.904,25	444,48		
Receitas Financeiras	1.904,25	444,48		
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.904,25	444,48		
Lucro/ (Prejuízo) do Período	(6.979.465,35)	(2.264.206,18)		
Nº de Quotas:	5.883.296	3.200.100		
Lucro (prejuízo) por Quota:	(1,19)	(0,71)		
A Diretoria				
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contador	ra CRC nº 1SP 215.2	94/0-3		



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade





Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

PS-FMV Administração de Be	m Próprio	S.A.
Demonstrações Financeiras referentes aos exe encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores e		
Balanço Patrimonial		
Ativo Circulante Disponibilidades Caixa e Bancos	31/12/24 101,00 101,00 101,00	31/12/23 101,00 101,00 101,00
Calxa e Balicus Total do Ativo Passivo Passivo Circulante	101,00 101,00 31/12/24	101,00
Patrimônio Liquido Capital: De Domiciliados no País Total do Passivo e Patrimônio Líquido	101,00 101,00 101,00 101.00	101,00 101,00 101,00 101.00
Demonstração do Resultado do Exerc		101,00
Despesas/Receitas Operacionais Despesas Gerais e Administrativas Outras despesas administrativas Outras despesas administrativas Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos Resultado Financeiro Receitas Financeiras Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez Lucro/ (Prejuízo) do Periodo Atribuído a Sócios da Empresa Controladora Atribuído a Sócios Não Controladores Nº de Acões	31/12/24 (1.604,65) (1.604,65) (1.604,65) (1.604,65) 1.604,65 1.604,65	31/12/23
Lucro (prejuízo) por Ação:	0,00	0,00
A Diretoria	000 0100 015 004/0	2
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora	CRC nº 1SP 215.294/O	-3

PT-LAN Admini		o de Bem Própi	rio S.A.	
	Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
	Balanço P	atrimonial		
Ativo Circulante	31/12/24	Passivo Circulante	31/12/24 46,50	
Ativo Não Circulante Imobilizado de Uso Outros Bens do Imob de Uso	3.779.978,53 3.779.978,53 4.180.000,00		46,50 a Recolher 46,50 20.270,87	
(depreciações Acumuladas) Total do Ativo	3.779.978,53		20.270,87 20.270,87 20.270.87	
Demonstração do Resultado d	lo Exercício	Diversos Patrimônio Líquido	3.759.661.16	
	31/12/24	Capital:	4.180.101,00	
Resultado Bruto Despesas/Receitas Operacionais Despesas Gerais e Administrativas	(420.439,84) (420.439.84)		4.180.101,00 (420.439,84)	
Outras despesas administrativas	(419.837.95)		3.779.978,53	
Despesas tributárias	(601,89)	A Diretoria		
Lucro/ (Prejuízo) do Período Nº de Quotas: Lucro (prejuízo) por Quota:	(420.439,84) 4.180.101 (0,10)	Ignis Contábil Ltd Nivia Maria Gonça Contadora CRC nº 1SP 21	lves	

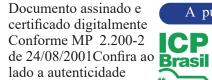
Prime Aviation Participações e Servi	ços S.A.	
Demonstrações Financeiras referentes aos e encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores)
Balanco Patrimonial	onprocess on reals	,
Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.319.163	446.802
Contas a receber Reducão ao valor recuperável	4.944.388 (788.254)	3.715.987
Créditos diversos	534.580	(120.680) 153.371
Impostos a recuperar	196.776	100.471
Outros valores e bens	432.446	84.978
Total do ativo circulante	6.639.099	4.380.929
Não circulante		
Créditos diversos	21.271.077	11.560.858
Investimentos	200.073 2.973.296	200.000 3.467.630
Imobilizado Intangível	2.973.296	3.467.630 330
Direito de uso em arrendamento	1.238.091	1.768.702
Total do ativo não circulante	25.682.868	16.997.521
Total do ativo	32.321.967	21.378.449
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	F 040 407	
Empréstimos no país	5.348.497	725.061
Obrigações tributárias Obrigações trabalhistas	1.091.635 924.249	725.961 585.679
Outras contas a pagar	284.502	13.806.738
Arrendamento a pagar	1.255.525	1.757.472
Total do passivo circulante	8.904.407	16.875.849
Não circulante		
Empréstimos no país	7.965.192	-
Credores diversos	4.955.357	-
Total do passivo não circulante Patrimônio líquido	12.920.549	_
Capital social	914.756	914.756
Reserva legal	182.951	182.951
Reserva especial	9.399.303	3.404.893
Total do patrimônio líquido	10.497.010	4.502.600
Total do passivo e patrimônio líquido	32.321.967	21.378.449
Demonstração do Resultado do Exe	ercício 31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de bens e/ou servicos	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de prestação de serviços	26.689.208	16.987.272
Receita líquida operacional	26.689.208	16.987.272
Despesas gerais e administrativas	/1E 001 005	/11 000 =
Outras despesas administrativas e pessoais	(15.601.035)	(11.686.725
Despesas tributárias Despesas de depreciacão e amortização	(140.463) (962.609)	(58.267 (881.360
Provisões operacionais	(667.574)	17.818
Outras receitas e despesas operacionais	8.786	(889.621
(=) Resultado operacional	9.326.312	3.489.116
Resultado financeiro	(258.027)	(107.674)
Resultado não operacional	77.664	-
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da	0.145.050	2 201 441
contribuição social (-) Imposto de Renda corrente	9.145.950 (2.274.191)	3.381.44 1 (1.434.593
(-) Contribuição Social corrente	(827.349)	(525.094
(=) Lucro líquido do exercício	6.044.409	1.421.755
Nº de ações	659.213	659.213
Lucro por ação	9,17	2,16
A Diretoria		
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contado	ra CRC nº 1SP 215.29	4/0-3

Domonotros	ioc Einanooissa	referente ao exercício social		
		(Valores expressos em Reais)		
		atrimonial		
Ativo	31/12/24		31/12/24	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	265.980.943,70	
Disponibilidades	1,00		265.980.943,70	
Caixa e Bancos	1,00	Demais Impostos e Contribuições		
Aplicações Equivalentes de		a Recolher	5.359,17	
Caixa	1.978.796,42	Provisões para Pagamentos a		
Outros Títulos de Renda Fixa	1.978.796,42	Efetuar	265.975.584,53	
Passivo Não Circulante 261.225.197.0				
Ativo Não Circulante	522.128.930,08	Exigível a Longo Prazo	261.225.197,08	
Outros Créditos	1.490.000,00	Outras Obrigações	261.225.197,08	
Diversos	1.490.000.00	Diversos	261.225.197.08	
Imobilizado de Uso	520.638.930,08	Patrimônio Líguido	(3.098.413,28	
Outros Bens do Imob de Uso	524.303.416.32	Capital:	1.500.101.00	
(depreciações Acumuladas)	(3.664.486,24)	De Domiciliados no País	1.500.101.00	
,,,,,,	(,,,	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(4.598.514,28	
		Total do Passivo e Patrimônio	(
Total do Ativo	524.107.727,50		524.107.727,50	
Dem	onstração do Re	esultado do Exercício		
	31/12/24		31/12/24	
Despesas/Receitas Operacionais	(4.599.149,88)	Rendas de aplicação interfinanceira		
Despesas Gerais e Administrativas	(934.535,19)	de liquidez	663,37	
Despesas com pessoal Outras despesas administrativas	(421,04) (934.083,30)	Despesas Financeiras Prejuízos com títulos e valores	(27,77	
Despesas tributárias	(30,85)	mobiliários	(27,77	
Despesas de depreciação e	(30,63)	Resultado Antes dos Tributos	(27,77	
amortização	(3.664.486,24)	sobre o Lucro	(4.598.514,28	
Outras Despesas Operacionais	(128,45)	Imposto de Renda e Contribui-	(1.000.011,20	
Resultado Antes do Resultado	(120,70)	cão Social sobre o Lucro	_	
Financeiro e dos Tributos	(4.599.149,88)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	(4.598.514,28	
Resultado Financeiro	635,60	Nº de Acões	1.500.101	
Receitas Financeiras		Lucro (prejuízo) por Ação:	(3,07	

PT-PVH Administração de Bem Próprio S.A. CNPJ/MF nº 39.923.369/0001-01					
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)					
	atrimonial	Balanço P			
31/12/24	Passivo	31/12/24	Ativo		
44.330,20		5.478.770,98	Ativo Circulante		
44.330,20		1,00	Disponibilidades		
	Demais Impostos e Contribuições	1,00	Caixa e Bancos		
3.401,0	a Recolher		Aplicações Equivalentes de Caixa		
40.929,2	Diversos	277.557,58	Cotas de Fundos de Investimentos		
,		500.071,88	Outros Títulos de Renda Fixa		
4.395.015,90	Passivo Não Circulante 1	4.701.140,52	Outros Créditos		
4.395.015,90	Exigivel a Longo Prazo 1	62.844,48	Créditos Tributários		
4.395.015,9	Outras Obrigações 1	4.638.296,04	Diversos		
14.395.015,9	Diversos	as –	(-) Prov. p/ Outros Cred. Lig. Duvidos		
		15.855.904,79	Ativo Não Circulante		
6.895.329,6	Patrimônio Líquido	2.161.044,00	Realizável a Longo Prazo		
14.816.196,7		2.161.044,00	Outros Créditos		
22.224.295,1	De Domiciliados no País	2.161.044,00	Diversos		
7.408.098,38		13.694.860,79	Imobilizado de Uso		
7.920.867,16		21.902.043,24	Outros Bens do Imob de Uso		
	Total do Passivo e Patrimônio	(8.207.182,45)	(depreciações Acumuladas)		
1.334.675,77	Líquido 2	21.334.675,77	Total do Ativo		
	esultado do Exercício	istração do Re	Demo		
31/12/24		31/12/24			
	Resultado Antes dos Tributos	(2.193.445,28)	Despesas/Receitas Operacionais		
.123.517,89		(2.193.445,28)	Despesas Gerais e Administrativas		
	Resultado Líquido das Opera-	(2.190.204,36)	Outras despesas administrativas		
.123.517,89		(3.240,92)	Despesas tributarias		
	Resultado Antes do Resultado Ganhos/Perdas Líquidas sobre				
	Ativos de Op. Descontinuadas	2.193.445,28)			
.123.517,89		69.927,39	Resultado Financeiro		
0 100 517 00	Atribuído a Sócios da Empresa	69.927,39	Receitas Financeiras		
2.123.517,89		CE EEO 07	Rendas de aplicação interfinanceira		
0.45 200	Atribuído a Sócios Não Controladores	65.552,27	de liquidez		
845.32	N° de Ações		Rendas de títulos e valores mobiliário		
(2,51	Lucro (prejuizo) por Ação:	as 4.145,00	variações monetarias e cambiais Ativ		
	etoria	A Dire			
	Lucro (prejuízo) por Ação:	as 4.145,00 A Dire	Variações monetárias e cambiais Ativ		

	Prime PT-XGS			
Administração de Bem Próprio S.A.				
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social				
		(Valores expressos em Reais)		
		atrimonial		
Ativo	31/12/24		31/12/2	
Ativo Circulante	451.593,52		2.420.830,3	
Disponibilidades	1,00		2.361.665,2	
Caixa e Bancos	1,00		2.361.665,2	
Aplicações Equivalentes de Caixa			59.165,1	
Cotas de Fundos de Investimentos	6.968,61			
Outros Títulos de Renda Fixa	365.170,33		20.162,3	
Outros Créditos	79.453,58			
Créditos Tributários	79.453,58		6.905.243,1	
		Exigível a Longo Prazo	6.905.243,1	
Ativo Não Circulante	9.981.800,02	Outras Obrigações	6.905.243,1	
Realizável a Longo Prazo	8.048.466,48		6.905.243,1	
Outros Créditos	8.048.466,48		1.107.320,0	
Diversos	8.048.466,48		4.000.100,0	
Imobilizado de Uso	1.933.333,54		4.000.100,0	
Outros Bens do Imob de Uso	4.000.000,00		(2.892.779,99	
(Depreciações Acumuladas)	(2.066.666,46)			
		aos Controladores	1.107.320,0	
		Total do Passivo e Patrimônio		
	10.433.393,54	•	10.433.393,5	
Demoi		esultado do Exercício		
D	31/12/24	Bassilanda Assas dan Tribusan	31/12/2	
Despesas/Receitas Operacionais	(400.449,85)		/200 774 20	
Despesas Gerais e Administrativas	(400.449,85)		(390.774,30	
Outras despesas administrativas Despesas tributarias	(399.999,96) (449.89)	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(390.774,30	
Resultado Antes do Resultado	(449,09)	Lucro/ (Prejuízo) do Período	(390.774,30	
Financeiro e dos Tributos	(400.449,85)	Atribuído a Sócios da Empresa	(390.774,30	
Resultado Financeiro	9.675.55	Controladora	(390.774,30	
Receitas Financeiras	9.675,55		(330.774,30	
Rendas de aplicação interfinanceira	5.075,55	Controladores		
de liquidez	2.813.38		845.32	
Variações monetárias e cambiais Ativ		Lucro (prejuízo) por Acão:	(0.46	
, ,	,	etoria	,0,10	
		alves – Contadora CRC nº 1SP 215.2	04 /0 2	







Primeaviation 2 Partic	ipaçoes 3	5/A
Demonstrações Financeiras referentes a encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Va	os exercícios sociais lores expressos em R	eais)
Balanço Patrimonial		
Ativo	31/12/2024	31/12/202
Ativo Circulante Disponibilidades	173.544.960,55	274.867.437,6
Caixa e bancos	152.953.967,30 152.953.967,30	10,0 10,0
Aplicações Equivalentes de Caixa	935.111,42	2.261.971,0
Outros títulos de renda fixa	935.111,42	2.261.971,0
Títulos e Valores Mobiliários	17.700.948,83	272.400.948,8
Cessão de direitos – precatório	17.700.948,83	272.400.948,8
Outros Créditos Créditos tributários	1.954.933,00	204.507,7
Diversos	722.798,49 1.232.134,51	104.507,7 100.000,0
Ativo Não Circulante	1.246.568.151,60	607.866.821,8
Títulos e Valores Mobiliários	9.955.341,13	6.613.334,1
Cotas de fundos de investimentos	9.955.341,13	6.613.334,1
Outros Créditos	498.612.121,41	133.239.791,6
Valores a receber de sociedades ligadas	421.604.621,41	133.239.791,6
Diversos	77.007.500,00	462 102 670 7
Investimentos Particip. Coligadas/Controladas: No País	732.349.569,69 687.349.569,69	462.182.670,7 145.578.699,9
Outros investimentos	45.000.000,00	316.603.970,7
Imobilizado de Uso	5.651.119,37	5.831.025.3
Imóveis	3.804.859.87	5.831.025,3 3.551.755,7
Outros bens do imob de uso	2.372.348,29	2.366.155,9
(Depreciações acumuladas)	(526.088,79)	(86.886,37
Total do Ativo	1.420.113.112,15	882.734.259,4
Passivo Circulanto	31/12/2024	31/12/202
Passivo Circulante Outras Obrigações	2.285.992,03 2.285.992,03	279.087,3 279.087,3
Demais impostos e contribuições a recolher	271.248,58	253.201,2
Provisões para pagamentos a efetuar	351.672,15	25.886,1
Diversos	1.663.071,30	
Passivo Não Circulante	1.238.885.859,29	867.936.016,2
Exigível a Longo Prazo	1.238.885.859,29	867.936.016,2
Recursos de Debêntures	555.943.746,71	320.428.890,5
Empréstimos no Exterior	555.943.746,71	320.428.890,5
Outras Obrigações Valores a para para sociedades ligadas	682.942.112,58 682.942.112,58	547.507.125,7 547.507.125,7
Patrimônio Líquido	178.941.260,83	14.519.155,8
Capital:	144.666.563,52	63.306.179,6
De domiciliados no país	144.666.563,52	63.306.179,6
Reservas de capital	-	81.360.383,4
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.029.693,30)	(974.675,27
Lucros/(Prejuízos) acumulados	36.304.390,61	(129.172.732,05
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.420.113.112,15	882.734.259,4
Demonstração do Resultado do		
	31/12/2024	31/12/202
Despesas/Receitas Operacionais	(60.713.907,27)	(39.915.888,61
Despesas Gerais e Administrativas Outras despesas administrativas	(49.015.066,77)	(27.436.254,6
Despesas tributárias	(46.901.635,40) (1.927.333,10)	(25.651.346,6)
Despesas de depreciação e amortização	(186.098,27)	(185.774,88
Outras Receitas Operacionais	(1001030,277	6.675.611,3
Outras Despesas Óperacionais	(11.698.840,50)	(19.155.245,30
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(60.713.907,27)	(39.915.888,61
Resultado Financeiro	24.879.450,95	6.964,0
Receitas Financeiras	77.024.041,89	6.964,0
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	6.096.906,88	6.064.0
Rendas de títulos e valores mobiliários Variações monetárias e cambiais Ativas	260.746,60 70.666.388,41	6.964,0
Despesas Financeiras	(52.144.590,94)	
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(52.144.590.94)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	201.311.578,98	(13.282.281,20
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	165.477.122,66	(53.191.205,76
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		
Lucro/ (Prejuízo) do Exercício	165.477.122,66	(53.191.205,76 2.215.68
	58.395.748	2.215.68
Nº de Ações	0.00	/0// 01
№ de Ações Lucro (prejuízo) por Ação:	2,83	(24,0)
Nº de Ações	2,83	(24,01

Fraction 049				
Administração de Bem Próprio S.A.				
		225.876/0001-28		
		referente ao exercício social (Valores expressos em Reais)		
	Balanço P	atrimonial		
Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024	
Ativo Circulante	101,00	Passivo Circulante	12.761,92	
Disponibilidades	101,00	Outras Obrigações Diversos	12.761,92 12.761.92	
Caixa e bancos	101,00	Patrimônio Líquido	29.096.724,33	
Ativo Não Circulante	29.109.385.25	Capital:	101,00	
Imobilizado de Uso	29.109.385,25	De domiciliados no país	101,00	
Terrenos	29.109.385.25	Reservas de capital Lucros/(Prejuízos) acumulados	29.109.385,25 (12.761,92)	
		Total do Passivo e Patrimônio	(12.701,32)	
Total do Ativo	29.109.486,25		29.109.486,25	
Demonstração do Resultado do Exercício				
	31/12/2024		31/12/2024	
Despesas/Receitas Operacionais	(12.761,92)	Imposto de Renda e Contribui-		
Despesas Gerais e Administrativas	(12.761,92)	ção Social sobre o Lucro	/10 761 001	
Despesas tributárias Resultado Antes dos Tributos	(12.761,92)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício Nº de Acões	(12.761,92)	
sobre o Lucro	(12.761.92)	Lucro (prejuízo) por Ação:	(126,36)	
A Diretoria				
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Goncalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3				
Igino contach Etda., 141	nuriu uorișe	2010 2010 2010 11 101 210.2	-,, -, -	

CNPJ/MF nº 23.568.401/0001-4		
Demonstrações Financeiras referentes aos encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valoro		s)
Balanço Patrimonial		
Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante	46.083,06	80.883,69
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Aplicações Equivalentes de Caixa Cotas de fundos de investimentos	547,62 547.62	20.233,1
Citalos e Valores Mobiliários	39.029,36	20.233,15 56.530,9 6
Outros títulos de renda fixa	39.029,36	56.530,9
Outros Créditos	6.505,08	4.118,5
Créditos tributários	4.966,28	
Diversos	1.538,80	4.118,5
Ativo Não Circulante	250.829,07	31.653,6
Realizável a Longo Prazo	250.829,07	31.653,6
Outros Créditos	250.829,07	31.653,64
Diversos Imobilizado de Uso	250.829,07	31.653,6
Outros bens do imob de uso	3.200.000.00	3.200.000,0
Depreciações acumuladas)	(3.200.000,00)	(3.200.000,00
Total do Ativo	296.912,13	112.537,3
Passivo	31/12/2024 19.489,27	31/12/202
Passivo Circulante		41.954,02
Outras Obrigações	19.489,27	41.954,0
Impostos e contribuições sobre salários	2 157 20	4.650,4
Demais impostos e contribuições a recolher Provisões para pagamentos a efetuar	2.157,36	1.904,3
Provisões para pagamentos a efetuar Diversos	16.639,23 692,68	11.528,2 23.870,9
Passivo Não Circulante	244.338,21	39.365,2
Exigível a Longo Prazo	244.338,21	39.365,2
Outras Obrigações	244.338,21	39.365,2
Diversos	244.338,21	39.365,2
Patrimônio Líquido	33.084,65	31.218,0
Capital:	3.200.100,00	3.200.100,00
De domiciliados no país	3.200.100,00 (3.167.015,35)	3.200.100,00 (3.168.881.94
Lucros/(Prejuízos) acumulados Total do Passivo e Patrimônio Líquido	296.912.13	112.537.3
Demonstração do Resultado do E		112.337,3
Demonstração do Resultado do Es	31/12/2024	31/12/2023
Despesas/Receitas Operacionais	(109.41)	(489.414,11
Despesas Gerais e Administrativas	(109,41)	(489.414.11
Outras despesas administrativas	_	(488.602,32
Despesas tributarias	(109,41)	(811,79
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(109,41)	(489.414,11
Resultado Financeiro Receitas Financeiras	2.352,91 2.352.91	18.750,7 9
Receitas Financeiras Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.922,52	17.457,8
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.522,52	1.292.99
Variações monetárias e cambiais Ativas	430,39	11252,5
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.243,50	(470.663,32
mposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(376,91)	
mposto de renda Corrente	(235,57)	-
Corrente Contribuição social	(235,57) (141,34)	
Corrente	(141,34)	-
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.866,59	(470.663,32
Lucro/ (Prejuízo) do Período	1.866,59	(470.663,32
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.866,59	(470.663,32
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	
№ de Ações	3.200.100	3.200.10
Lucro (prejuízo) por Ação:	0,00	(0,15

	Fraction	on 048		
Administra		Bem Próprio Sa 319.924/0001-84	Α.	
		referente ao exercício social (Valores expressos em Reais)		
	Balanço P	atrimonial		
Ativo Ativo Circulante	31/12/2024 101,00		31/12/202 16.205,6 16.205,6	
Disponibilidades Caixa e bancos	101,00 101,00	Diversos Patrimônio Líquido	16.205,6 36.609.607,5	
Ativo Não Circulante Imobilizado de Uso Terrenos	36.625.712,20 36.625.712,20 36.625.712,20	De domiciliados no país Reservas de capital Lucros/(Prejuízos) acumulados	101,0 101,0 36.625.712,2 (16.205,61	
Total do Ativo	36.625.813,20	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	36.625.813,2	
Demonstração do Resultado do Exercício				
Despesas/Receitas Operacionais Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2024 (16.205,61) (16.205,61)	Imposto de Renda e Contribui- ção Social sobre o Lucro	31/12/202	
Despesas tributárias Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(16.205,61) (16.205,61)	Lucro/ (Prejuízo) do Exercício Nº de Ações Lucro (prejuízo) por Ação:	(16.205,61 10 (160,45	
Ignie Contábil I tda Ni		etoria alves – Contadora CRC nº 1SP 215.2	D4 /O.3	

Publique no **Data Mercantil!**

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo **MERCANTIL**

